



CÍRCULOS DE MULHERES: UMA PROPOSTA ECOFEMINISTA PARA A SUSTENTABILIDADE DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS E DE TERRITÓRIOS¹

VELOSO, Verônica²

²¹ Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Elaboração de Projetos Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e aluna da Especialização em Políticas Públicas e Justiça de Gênero pela CLACSO. Brasília/DF. veronicavelosopereira@gmail.com

RESUMO

Alguns estudos já abarcam a importância das rodas para a o movimento feminista. Propõe-se pensar, entretanto, as rodas como ambiente propício para a construção do movimento e de suas demandas a partir de uma ótica não racista e que honra a ancestralidade das ativistas. Mais do que um momento de lazer, as rodas possibilitam diferentes maneiras de falar sobre a opressão, demandas em comum e práticas de autocuidado. Pretende-se, responder a seguinte pergunta: qual a importância de resgatar a espiritualidade ancestral e os conceitos e práticas ecofeministas nos círculos de mulheres? Para isso, utilizou-se de metodologia qualitativa, com revisão bibliográfica e observação participante. Por fim, compreendeu-se a importância desses espaços para as ativistas e a necessidade de expandi-los para outras mulheres, para que não apenas as mulheres brancas possam se beneficiar dos círculos que se utilizam, ironicamente, de práticas ancestrais afrodescendentes e indígenas, ainda que não reconheçam a influência.

PALAVRAS-CHAVE: Ecofeminismo; Círculos; Mulheres; Espiritualidade.

INTRODUÇÃO

Os círculos de mulheres se dizem espaços seguros de acolhimento e articulação, possibilitando a construção de um movimento que não se pauta em regras masculinas do jogo político. São espaços contra-hegemônicos que desafiam o patriarcado. Operam sob uma lógica não hierarquizada — todas estão à mesma distância do centro — e não individualista.

Considerando a atual conjuntura brasileira, na qual a ameaça conservadora fortalece-se, é necessário repensar os ambientes de articulação política e possibilitar diferentes maneiras de falar sobre a opressão a partir de um método que não perpetue a violência masculina.

As rodas e círculos de mulheres como uma metodologia para a sustentabilidade do movimento feminista foi proposta como linha de atuação do CFEMEA - Centro Feminista de Estudo e Assessoria – organização que atua há 25 anos em Brasília. Para o CFEMEA, as rodas possibilitam romper as barreiras entre o pessoal e o político, entre a emoção e a razão, a partir do compartilhamento de experiências e da escuta atenciosa na qual

¹ Trabalho final do seminário Miradas del territorio desde el feminismo y el ecologismo Latinoamericano, parte optativa do currículo da Especialização Políticas Públicas y Justicia de Género en América Latina e Caribe do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO).



o objetivo não é aconselhar ou julgar os testemunhos das companheiras de roda, mas mostrar empatia e reconhecimento.

As rodas comprovam que o conhecimento feminista não se constrói apenas em espaços de formalização do saber, como a academia e a cultura letrada, mas em espaços seguros onde o sentir recupera seu significado. O espaço seguro pode ser enxergado como um território que é criado no início da roda e dissolvido ao final dela: um território relativo. Entretanto, a criação de um território existe para o compartilhamento de identidades comuns (SEGATO, 2007) e, portanto, o reconhecimento de si na outra. Esse reconhecimento não é de fácil assimilação se não nos sentimos pertencentes a um espaço; ou seja, se o espaço é composto por mulheres brancas, a partir de fundamentos brancos, e você é uma mulher negra ou indígena.

O racismo no Brasil, diferente do estruturado nos Estados Unidos, não se organiza de maneira explícita. Não houve, após a abolição da escravidão, uma barreira física que separava os negros (e nem os indígenas) dos brancos (SEGATO, 2007). Entretanto, não por isso os espaços não são racializados. As rodas de mulheres, apesar de serem centrais para a sustentabilidade dos movimentos feministas, podem se tornar facilmente espaços brancos e racistas caso não haja um contínuo esforço das mulheres envolvidas.

É comum que as rodas de mulheres utilizem de atividades ritualísticas numa tentativa de subverter a ideia do conhecimento racionalizado difundido pela cultura patriarcal. Entretanto, normalmente as práticas são inspiradas em religiões europeias, as quais cultuam deusas como figuras brancas e os arquétipos são baseados em estereótipos da branquitude. Mesmo quando são práticas ancestrais afrodescendentes ou indígenas, como as práticas com ervas e flores, a ligação com a ancestralidade não branca não costuma ser assumida. Para que esses espaços se tornem mais acolhedores para as mulheres negras e indígenas, é essencial reconhecer as espiritualidades afrodescendentes e indígenas. Em especial para a cultura negra, as religiões afro-brasileiras se tornaram um símbolo da resistência (SEGATO, 2007).

Não considerar nem reconhecer a influência das práticas afro-brasileiras e indígenas na espiritualidade feminina é automaticamente relegar essas culturas a uma posição secundária, como se suas práticas não tivessem fundamentos lógicos ou não fizessem sentido para mulheres “civilizadas” (BOTERO, 2017). As mulheres não-brancas foram por tempo demais estereotipadas como parte da natureza (SEGATO, 2013) e, agora que as mulheres brancas querem se reconectar com a espiritualidade, parecem esquecer do conhecimento ancestral que as mulheres negras e indígenas carregam consigo.

Alguns estudos já abarcam a importância das rodas para a sustentabilidade do movimento feminista, inclusive com a inserção de tópicos e atividades que recuperam rituais de espiritualidade. Propõe-se pensar, entretanto, nas rodas como ambientes propícios para a construção do movimento e de suas demandas políticas a partir de uma ótica não racista e que honra a ancestralidade das ativistas envolvidas.



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

Mais do que um momento de lazer e acolhimento, as rodas possibilitam diferentes maneiras de falar sobre a opressão, sobre demandas em comum e práticas de autocuidado. Dessa maneira, pretende-se, neste trabalho, responder a seguinte pergunta: qual a importância de resgatar a espiritualidade ancestral e os conceitos e práticas ecofeministas nos círculos de mulheres?

METODOLOGIA

A fim de valorizar o trabalho já realizado sobre a temática das rodas de mulheres e das questões raciais no Brasil, optou-se por uma investigação descritiva, que almeja analisar o potencial das rodas de mulheres como espaços seguros e interseccionais. Será utilizada uma metodologia qualitativa que, para além da revisão de bibliografia sobre rodas e círculos de mulheres, contará com a observação participante.

Além de fundar uma roda de mulheres e participar periodicamente de duas outras com objetivos distintos; sou mediadora, junto a outras colegas de rodas com o objetivo específico de construir redes de resistência entre mulheres jovens a partir da utilização de práticas ritualísticas ancestrais. Tenho a oportunidade, ainda, de trabalhar em uma Organização Internacional para Mulheres, onde uma de minhas atuais funções é organizar oficinas com representantes de coletivas feministas a fim de construir estratégias de resistência e autocuidado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As rodas e círculos de mulheres como uma proposta de sustentabilidade do movimento feminista foi proposta como linha de atuação do CFEMEA - Centro Feminista de Estudo e Assessoria – organização que atua há 25 anos em Brasília. Para o CFEMEA, as rodas possibilitam romper as barreiras entre o pessoal e o político e entre a emoção e a razão (CFEMEA, [s.d]), a partir do compartilhamento de experiências e da escuta atenciosa, na qual o objetivo não é aconselhar ou julgar os testemunhos das companheiras de roda, mas mostrar empatia e reconhecimento (CFEMEA, [s.d]).

A falsa separação entre o intelecto e o emocional criou hierarquias entre os gêneros, deslegitimando as falas das mulheres alegando que elas não seriam racionais e seriam, portanto, menos civilizadas (AHMED, 2015; ELÍAS [1977] 2011 apud ARAOZ, 2014). As críticas da teoria feminista, entretanto, se concebem enraizadas nos corpos, nas matérias e nas emoções (SYLVIA, 2014). A teoria se organiza a partir da compreensão da emoção não como algo incidental, mas estrutural. Aí está a importância das rodas de mulheres, que permitem que as mulheres se identifiquem umas nas outras por dores comuns e semelhantes, ou até mesmo por histórias e interseccionalidades distintas (AHMED, 2015).

O intuito não é concluir que as experiências são universais, mas que compartilham pontos em comuns e fazem com que as mulheres se reconheçam umas nas outras e construam as demandas do movimento feminista



(AHMED, 2015; GARGALLO, 2012).

As rodas comprovam que o conhecimento feminista não se constrói apenas em espaços de formalização do saber, como a academia e a cultura letrada (GARGALLO, 2012), mas em espaços seguros onde o sentir recupera seu significado. Mirella Faur (2018), na obra “Círculos sagrados para mulheres contemporâneas”, discorre sobre a importância desses espaços seguros, onde todas as mulheres são tratadas como iguais, respeitando suas diversidades, e estão a mesma distância do centro. A autora, entretanto, diferencia os círculos sagrados – que têm como característica fundamental os rituais – dos espaços políticos feministas. Todavia, essa distinção perde sentido ao compreendermos que essas rodas ritualísticas são essencialmente feministas ao resinificar espaços de dominação e opressão.

A geografia feminista sustenta que as relações de poder são socioespacialmente criadas (“Manual Geografeando para la resistencia”, [s.d.]). O território se reproduziria por um processo contínuo que indo desde a dominação político-econômica, até a apropriação subjetiva ou cultural simbólica (HAESBAERT, 2013). Não lutamos e vivemos sobre o espaço, e, sim, com ele, o que significa que os próprios territórios são vítimas do capital e do patriarcado, assim como os corpos das mulheres (“Manual Geografeando para la resistencia”, [s.d.]).

Entretanto, é necessário atentar-se para que a construção desses espaços seguros não sejam um fim em si mesmo, como bem colocado por Federia e Caffentzis (2015) ao abordar os paraísos criados pelos privilegiados. O objetivo maior deve ser a criação de uma sociedade igualitária que denuncie as divisões sociais e a exploração da natureza, ainda que o caminho seja pela transformação pessoal das mulheres ali presentes. Esse pensamento, compreendido a partir do conhecimento decolonial (HERNANDEZ, 2016), permite que proponhamos outros rituais para as rodas de mulheres feministas como um método do mapeamento do corpo-território, descrito no “Manual Geografeando para la resistencia” ([s.d.]).

O reconhecimento dos nossos corpos como parte do território – e como um território dele mesmo – é ainda mais compreensível quando introduzimos as colocações do ecofeminismo. A perspectiva ecofeminista permite compreender que a opressão das mulheres e a exploração da natureza são parte de um mesmo fenômeno. Além de discutir que relações entre sociedade e natureza são pautadas por relações de poder, trazem que essas relações de poder estão fortemente marcadas pelas intersecções, como gênero, classe e etnia (Colectivo de Investigacion, 2017). A transformação seria possível, então, a partir da legitimação e do reconhecimento das práticas de cuidado e sustentabilidade com a vida, denunciando o sistema de dominação capitalista que invisibiliza os sentimentos e as atividades sem as quais a sobrevivência humana seria impossível (SHIVA, 1995; HERRERO, 2013 apud PEREDO, 2017).

Essas ações essenciais, como, por exemplo, alimentar, regar as plantas, acolher e cuidar dos doentes são práticas que recaem ainda mais sobre as mulheres em espaços onde os impactos ambientais são severos



(COBA, 2015; HUERTAS, 2015). É necessário nomear e reconhecer essas atividades e consolidar um espaço no qual as próprias mulheres possam ser acolhidas e ouvidas. Sem isso, o movimento feminista e ecofeminista, que exigem tanto das mulheres, não pode se sustentar.

Em contrapartida, desastres não podem ser naturalizados num processo em que os sentimentos dos afetados é invisibilizado. Quando essas emoções são compartilhadas, se politiza a tristeza (NAVARRO; HERNANDEZ LARA, 2010).

Assim, círculos de mulheres possibilitam essa transformação coletiva ao operarem em favor das transformações individuais, construindo uma comunidade solidária e curando as feridas das almas e da Terra, cura que ocorre implicitamente ou explicitamente como nos círculos das filhas de Gaia (FAUR, 2018). Destaca-se que as lutas e movimentos ecologistas não são luxo dos ricos, mas "um imperativo para a sobrevivência da maioria da população cuja vida se vê ameaçada pela economia de mercado" (SHIVA, 2006, p. 65/79).

Da mesma maneira, os círculos de mulheres não devem ser interpretados como privilégios daquelas que podem reservar um momento para cuidar de si, mas uma necessidade para que esses corpos militantes possam existir e resistir. Nossos corpos são mais do que a carne biológica, são definidos por conteúdos históricos estruturados na materialidade das relações sociais. (NAVARRO; HERNANDEZ LARA, 2010). É necessário ressignificar a biopolítica e o biopoder e transformar nossos corpos e, conseqüentemente, as rodas de compartilhamento de experiências e rituais em espaços para resistência.

Para que esses espaços sejam mais inclusivos, entretanto, é necessário que seja repensada a elitização e a colonização dos círculos. Vemos, hoje, círculos onde a contribuição para manutenção da roda chega a valores absurdos. Círculos que acontecem sempre no centro da cidade e que as práticas com ervas e autocuidado natural são consideradas inovadoras, ainda que nossas ancestrais tenham utilizado essas técnicas durante anos, devido, entre outros fatores, à dificuldade de acesso aos hospitais e a recursos financeiros (OLIVEIRA E SILVA, 2017).

As mulheres negras e indígenas podem e devem se apropriar desses espaços, reclamá-los como seus. Utilizar da técnica de círculos de mulheres para praticarem em conjunto o que já faziam individualmente; para recuperar a ancestralidade que o patriarcado nos obriga em apagar. Os círculos de mulheres não são espaços essencialmente brancos e é preciso que as mulheres brancas reconheçam a contribuição da ancestralidade negra e indígena, em vez de venderem (literalmente) a prática como algo inovador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mulher negra de descendência indígena, neta de benzedeira e raízeira, me reconhecer como pertencente a um espaço de mulheres onde a minha ancestralidade é valorizada contribuiu para que eu pudesse nomear as demandas políticas pelas quais clamo e priorizar o meu autocuidado. Antes disso, entretanto, me



encontrei em diversas rodas onde fui a única mulher não-branca. Questionei sobre a valorização excessiva de religiões europeias e me encontrei na reflexão de uma amiga nipo-brasileira que também não se encaixava nos círculos de mulheres sob a ótica do sagrado feminino.

Em meio a discussões teóricas tão abstratas, pensei, inclusive, que cuidar de mim e me aproximar da natureza, passar um tempo de qualidade com outras mulheres não era tão importante; afinal, irmãs de luta estavam sendo mortas todos os dias. Mas é importante. Não é possível lutar por uma causa incansavelmente enquanto nós mesmas nos desprezamos. Percebi, por meio das pesquisas intermináveis e da experiência vivida, o quão importante é estar perto de mulheres que me compreendem e que se importam comigo. Ver a importância de me reconectar com a sabedoria ancestral das minhas antepassadas. Só a partir daí pude realmente entender o porquê do ecofeminismo. O porquê de nos sentirmos parte da natureza e da nossa responsabilidade de cuidar do todo. Só a partir daí pude nomear e escolher as minhas lutas.

Infelizmente, compreender a importância de círculos de mulheres inclusivas não é o suficiente para tornar esses espaços menos brancos. Este trabalho é uma tentativa de mobilizar outras mulheres negras e indígenas a ocuparem esses espaços ou a construírem outros. Um incentivo, talvez, a olharmos para nós mesmas e encontrarmos outros caminhos para o autocuidado e para o bem-viver.

REFERÊNCIAS

AHMED, Sara. **La política cultural de las emociones**. UNAM - Programa Universitario de Estudios de género. México. Capítulos 2 y 8. 2015

ARÁOZ, Horacio Machado. **Ecología política de la modernidad**. Una mirada desde Nuestra América. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires. 2009.

BOTERO, Esther. **Mucho derecho y poca antropología**: el impacto negativo, en sociedades étnicas, del derecho globalizado. Em: Justicia y Conflicto. GARCÍA; ACOSTA (dir.). Bogotá. 2017

BOLADOS, García; SÁNCHEZ CUEVAS, Alejandra. **Una ecología política feminista en construcción**: El caso de las "Mujeres de zonas de sacrificio en resistencia", Región de Valparaíso, Chile. Psicoperspectivas, 16(2),33-42. 2017

CAFFENTZIS, George; FEDERICI, Silvia. **Comunes contra y más allá del capitalismo**. Pp. 53– 71 En: EIAplante, revista d estudios comunitarios No.1 Octubre 2015

CASTILLO, Huertas; ANA PATRICIA. **Las mujeres y la tierra en Guatemala**: entre el colonialismo y el mercado liberal. Edit. Serviprensa. Pp. 21-46. 2015

COBA, Lisset. **Una mirada ecofeminista al despojo de las aguas y la producción del padecimiento en el contexto petrolero de la Amazonía ecuatoriana**. Paper online. 2015

FAUR, Mirella. **Círculos Sagrados para Mulheres Contemporâneas**. Editora: Pensamento. 2018

GARGALLO, Francesca. *"Rutas epistémicas de acercamiento a los feminismos y antifeminismos de las*



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

intelectuales indígenas contemporáneas" en: *Feminismos desde Abya Yala. Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América*. Bogotá. Edit. Desde abajo. Pp. 46-107. 2012

HAESBAERT, Rogerio. **El mito de la desterritorialización**. Del "fin de los territorios" a la multiterritorialidad, México, Siglo XXI. Pp. 31-83. 2013

MARCOS, Sylvia. "*Feminismos en camino descolonial*". en, *Más allá del Feminismo: Caminos para andar*. Millán Margara (coord.) Edit. Creative Commons. México. Pp. 15-60. 2014

NAVARRO, Mina Lorena. **Antagonismo social de las luchas socioambientales en México**: cuerpo, emociones y subjetividad como terreno de lucha contra la afectación. En: *Revista Latinoamericana de Estudios sobre cuerpos, emociones y sociedad*, No. 4 año 2. Págs. 77 – 91. 2010

OLIVEIRA E SILVA, Jaqueline de. O Sagrado Feminino: olhando para além do próprio útero. Em: <http://blogueirasnegras.org/2017/01/31/o-sagrado-feminino-olhando-para-alem-do-proprio-utero/> Acesso em 10 de Janeiro de 2019. 2017.

PEREDO BELTRÁN, Elizabeth. **Ecofeminismos**. En Solón, Pablos (comp) *Systemic Alternatives* Pp 101-130. La Paz: Bolivia. Versión en español, recuperada de: <https://systemicalternatives.org/2017/03/23/ecofeminismo/>. 2017

SEGATO, Rita. **La faccionalización de la República y el paisaje religioso como índice de una nueva territorialidad**. Em: *La Nación y Sus Otros*. SEGATO, Rita. Páginas 309-350. 2007.

SEGATO, Rita. **La perspectiva de la colonialidad del poder**. *Revista Casa de Las Americas*, 272. 2013.

SHIVA, Vandana. 2006. "*Introducción*" En *Manifiesto para una democracia de la tierra*. Paidós Ibérica, Barcelona. 9-20.